

Sobre a “tentação” da *fundação* no Ensino Superior.

É preciso unir e não fracturar.

JOÃO CUNHA SERRA

(Coordenador de Departamento do Ensino Superior e Investigação, da FENPROF)

As regras cada vez mais apertadas do controlo central pelo Ministério das Finanças da aplicação dos orçamentos dos serviços do Estado, impostas cegamente pelo Governo, com vista à redução do défice público, vieram dar um novo alento aos que julgam que se conseguirão li-ber-tar delas pela transformação das instituições que gerem em fundações ditas “públicas com regime de direito privado”.

Esta convicção tem-se revelado ser, em larga medida, uma ilusão nas três instituições que já empreenderam tal transformação, porque a sanha dos cortes financeiros e das limitações à gestão não têm poupado nenhuma instituição com financiamento do Estado. Compreende-se o desespero dos colegas que se encontram à frente das instituições quando se confrontam com medidas legislativas que lhes colocam tais dificuldades que chegam a considerar impossível continuarem a gerir as suas instituições com um mínimo de eficácia. Já se compreende me-nos que esses mesmos responsáveis pelas instituições entendam que é abraçando um modelo de gestão privada que irão conseguir contornar essas dificuldades, desvalorizando os riscos de afastamento do interesse público como guia prevalecente da sua actividade e de graves limita-ções à liberdade académica que venham a consequência da preponderância de critérios de rentabilidade económica e de mercado, e do aumento da precariedade. Não se encontra, na esmagadora maioria dos casos, em causa que haja a intenção por parte destes responsáveis de conduzirem as suas instituições, uma vez transformadas em fundações, por caminhos contrá-rios ao interesse público ou ofensivos da situação profissional dos docentes e investigadores. No entanto, parecem esquecer que eles como gestores passam e as instituições ficam, com outros dirigentes e noutros contextos económicos e políticos. Qual é a alternativa ? O novo reitor da Universidade de Coimbra deu numa entrevista ao órgão de comunicação do SPRC uma resposta. «não veria razão para que as universidades (e já agora os politécnicos, acrescen-to eu) que não são fundações não terem acesso em clima de plena transparência e responsa-bilização, a mecanismos de gestão mais flexíveis”. É sem qualquer dúvida este o caminho a percorrer.

As forças que existem devem ser canalizadas para este fim e não para o desencadear de processos que dividem a academia.

Nota do Prof.Doutor Kurt Millner - Reescrito literalmente, conforme a fonte: Jornal da FENPROF ..., nº 250, Março 2011, p. 13; as passagens em negrito encontram-se destacadas assim no original.